



O retorno do sujeito em tempos de crise: a sociologia da ação de Touraine

Raul Felix Barbosa¹

RESUMO

“O Fim das Sociedades” é um livro complexo e resolutamente teórico. Ao remodelar a noção de ‘sujeito’ – central na ‘sociologia da modernidade’ que o autor elaborou há quase cinquenta anos – ele se esforça para entender o que é decisivo na crise financeira que eclodiu em 2008. E, a partir daí, caracterizar o que poderia ser o eixo das lutas sociais do novo século. Esta crise, diz ele, é muito mais fundamental do que o que a maioria dos intelectuais podem discernir. É o momento paroxístico de um longo processo de deslocamento do vínculo social moderno. E, embora suas causas imediatas sejam econômicas, elas precisam ser analisadas em termos não econômicos.

Palavras-Chave: Sociologia da ação, Teoria Sociológica, Crise, Sujeito.

Recebido em 08/09/2017

Aceito para publicação em 20/11/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.17120>

Introdução

A crise econômica de 2008 é a mais séria daquelas que ocorreram na história do capitalismo desde 1929. Mas para a Europa mais especificamente, diz Touraine, constitui uma catástrofe social a um ponto tão agudo que a palavra ‘crise’ já não é suficiente para qualificar o que acontece. Sua excepcional importância decorre do fato de que, desde o início da década de 1980, ela se separou entre as ambições especulativas de um capitalismo financeiro que se tornou essencialmente um meio de rendimento e a atividade produtiva do capitalismo industrial. A extensão deste divórcio é tal que marca o fim de uma era. De fato, estamos testemunhando o dismantelamento das instituições às quais as democracias sociais europeias se reuniram em termos de padrões, senão

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo com período sanduíche pela Università Ca' Foscari di Venezia e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Vila Velha. E-mail para contato: raul.felix1@yahoo.com.ar.

de valores. A atividade industrial que atuou como motor da modernidade europeia, mas também a regulação do mercado, dos sindicatos e do sistema de proteção social, a própria política está perdendo o significado que lhes foi dado. Tudo isso exige nada menos que a reavaliação do que é chamado de ‘sociedade’.

A expressão o ‘fim das sociedades’, obviamente, não significa que não haja mais uma sociedade, mas sim o que foi concebido na Europa a partir dessa noção. Porque a noção de ‘sujeito’ – que faz de cada um portador de direitos – está seriamente comprometida, é por isso que devemos começar a pensar na crise e definir a ação que se orienta para um futuro diferente. Atualmente, estamos sob a influência de forças que, de produtos monetários que não têm mais utilidade social, especulam com a maior indiferença em relação ao destino reservado a milhões de indivíduos. Como agora a virtualidade das tecnologias financeiras possibilita que essas forças se desenvolvam velozmente, elas conseguem situar-se acima das instituições e mesmo das leis. São os direitos que definem o ‘sujeito moderno’ o qual está no centro da questão.

Em contraste com a arrogância destrutiva de tal capitalismo, no entanto, há outro registro de reflexão e ação para o qual as demandas econômicas da democracia não são uma retórica vazia. Em nome de todos aqueles que pedem para serem reconhecidos como sujeitos portadores de direitos, não se pode submeter a tal dominação. A vida coletiva que a selvageria fiável rompe em pedaços deve ser recomposta.

Touraine começa com um relato do que está acontecendo, lembrando, em primeiro lugar, que toda sociedade é constituída de dois elementos fundamentais: seus recursos materiais e intelectuais, por um lado, e as orientações culturais às quais ele as associa com uma visão para estabelecer objetivos, por outro lado. Se houver uma ruptura profunda entre estes dois elementos, resultará a destruição das instituições que sustentam a existência desta sociedade. Isto é o que estamos experimentando: as orientações culturais da modernidade que as sociedades europeias alcançaram através de uma longa história contada por sequências sucessivamente inspiradas em primeiro lugar por objetivos religiosos, seguidos objetivos políticos e então econômicos.

Com o fim do império romano, a vida coletiva na Europa foi assumida por uma religião colocando a população sob o domínio quase absoluto daqueles que falavam em nome de Deus. Os objetivos atribuídos aos recursos disponíveis dependem então de uma ‘natureza’ que é considerada imutável porque é recebida de suas mãos. O dogmatismo monoteísta sacrificou a ordem social e deixou um espaço pequeno para qualquer outra razão que não a sua. O que na

religião cristã ainda pode ser visto hoje como o anúncio de um sujeito individual consciente e livre, vive seu espaço singularmente reduzido. A partir do século XIV, no entanto, assim que as primeiras cidades-estados se formaram, então as monarquias e, finalmente, os estados nacionais, essa representação do mundo gradualmente teve que dar lugar a outra.

A questão foi pontuada por um compromisso, mas foi, no entanto, uma profunda ruptura, uma vez que o poder político conseguiu gradualmente substituir as suas finanças seculares pelas religiões. Durante esta remodelação, no entanto, os recursos e os objetivos permaneceram concentrados nas mãos de monarcas ou estados. A consciência dos sujeitos individuais teve que permanecer discreta, e o poder político central manteve o papel determinante na definição das perspectivas da vida coletiva. Assim, quando a industrialização que se tornaria a principal fonte de modernização no quadro dos jovens Estados nacionais, foi ela quem definiu os objetivos de uma nova transição econômica. De mãos dadas com ciência, tecnologia, produção e comércio, reconfigurou a vida coletiva a partir da nova confiança colocada nas aplicações da racionalidade instrumental. Através de uma forte sistematização do trabalho, a versão moderna da criatividade humana foi propagada e cada uma foi posta ao serviço da ‘sociedade’.

Pois, de fato, era nesse novo ambiente concebido a partir da natureza, mas contra isso a ideia de ‘sociedade’, que até então havia sido usada para designar a estrutura da existência coletiva. Já no século XVII, a ideia espalhou que a definição dos objetivos estabelecidos pelos grupos humanos não deveria basear-se unicamente na vontade de seus líderes, mas sim na interdependência de todos os que os compunham. Era um estágio da entrada das massas na cena da história, onde anteriormente não tinham nenhuma participação significativa.

Os ‘sujeitos do monarca’ tornaram-se assim ‘sujeitos individuais’, membros de uma ‘sociedade’ concebida não mais como a emanção de uma ordem celestial, mas sim como fruto do seu próprio dinamismo. E apesar do domínio de um capitalismo autoritário que continuou, aqueles que começaram aceitando a submissão aos mestres da economia e da política vieram reivindicar sua pertença a uma comunidade de cidadãos e trabalhadores com prerrogativas. Cada vez mais, a modernização implicava indivíduos cuja crescente liberdade de consciência era complementar aos direitos pessoais.

Ao longo dos séculos XIX e XX, o culto ao progresso celebrado em torno dos objetivos do desenvolvimento econômico, as lutas sociais, principalmente as do movimento operário e a luta pelo sufrágio universal, contribuíram para o

estabelecimento do que acabou se tornando a socialdemocracia. No entanto, desta forma, o antagonismo central entre os requisitos objetivos da racionalidade instrumental e o subjetivismo de sujeitos individuais foi estabelecido no coração da modernidade.

Entretantes, essa narrativa apenas ocupa parte da retórica ocidental que gosta de ver sua história como a da emancipação de indivíduos, todos chamados a compartilhar os benefícios do progresso. No atual período de crise, a memória é perpetuada no poderoso símbolo dos trinta anos gloriosos. No entanto, mesmo que não esteja vazio, este símbolo é profundamente unilateral, na medida em que esconde que, durante o último século, a grande maioria das pessoas teve sua existência pessoal apenas por meio de sua participação sujeita ao funcionamento do regulamento das instituições sociais. No entanto, essa força coercitiva do Estado e da produção pode fazer com que o século XX pareça um modelo harmonioso de regulação. Este período também foi constituído por contradições que acabaram destruindo a modernidade. Para Touraine, outra leitura das coisas, complementar ou alternativa, é, portanto, necessária para entender a decomposição das instituições sociais que é observada hoje.

Desde o início, a noção de ‘sociedade’ se mostrou ambígua na medida em que foi concebida como uma espécie de sinônimo de virtudes públicas. As instituições com reputação de serem capazes de transformar positivamente todos os aspectos da vida foram anunciadas ali, e era apropriado submeter-se a elas. Para todos, esquerda e direita, a sociedade estava acima dos indivíduos que, deixados para si mesmos, eram vistos como encarnando apenas a estreiteza de preocupações privadas. Na sociologia de Emile Durkheim, por exemplo, a noção de ‘sociedade’ não foi simplesmente concebida como o quadro para a implantação de processos sociais, mas como fonte de avaliação positiva ou negativa do comportamento de cada pessoa. Integração funcional do sistema social.

Quanto à burocratização da vida moderna, que Max Weber percebeu rapidamente como uma ‘gaiola de aço’ em que as sociedades ocidentais se fechavam, era bastante aceito como uma necessidade ingrata. O poder da noção de sociedade foi, portanto, muito grande: permitiu que os indivíduos fossem mobilizados ao serviço da soberania política poderosa, de uma cultura nacional com pouca tolerância para os particularismos, de uma estrutura econômica que impusesse suas demandas.

Neste sistema de ordem, toda reflexão sobre o assunto foi eclipsada. Os indivíduos não foram levados em consideração com base no significado que

poderiam dar ao seu próprio comportamento, mas apenas com base no seu lugar nele. Desta forma, introduziu-se um novo tipo de sacralização das instituições que, transformando os direitos dos sujeitos em seus deveres, realmente contribuiu para o poder disciplinar da produção, enquanto que, por outro lado, ocultou o fato de que as instituições públicas tinham menos capacidade do que esperava gerar sujeitos responsáveis e criativos.

Por outro lado, o século XX, que havia sido aberto pela Grande Guerra, que ainda lembra como as pretensões guerreiras das ‘sociedades nacionais’ poderiam ser levadas a cabo, seguiu rapidamente a brutalidade política dos regimes totalitários. O estalinismo e o nazismo criaram expressões paroxísticas da influência destrutiva que a noção de ‘sociedade’ pode assumir quando se atribui a função de assegurar o custo da unidade entre as dimensões coletivas e individuais da sociedade, a existência. Agora, diz Touraine, a revolução bolchevique de 1917 teve como resultado principal apenas a escravização do movimento trabalhista.

Dezenas de milhões de seres humanos foram sacrificados antes que o desastre desses totalitarismos acabasse. Nem podemos minimizar a brutalidade da sociedade colonial, a que os combates não menos brutais da inevitável descolonização sucederam. Durante o último trimestre do século, descobrimos as graves contradições no crescimento de ‘sociedades economicamente avançadas’, que não podem ser generalizadas em escala global e têm sérias consequências para o meio ambiente e para a vida de muitas espécies.

Para Touraine, é importante que a totalidade desta imagem do século seja destacada porque é a sua plenitude que mostra que quase todas as lutas que foram travadas foram marcadas pelo mesmo selo: o confronto entre o espírito democrático, por um lado, e a dominação política e/ou econômica, por outro. Em outras palavras, a oposição entre o universalismo dos direitos dos seres humanos e a desumanização dos princípios de orientação adotados pelas ‘sociedades’.

Em relação à crise em 2008, ela apenas levou ao fim da decomposição social no contexto de uma economia globalizada e financiada que é cada vez mais incontrolável pelas instituições existentes. Para a Europa, o que podemos ver além de um colapso? O aparelho industrial é abalado e colocado sob uma tutela especulativa que exige rendimentos rápidos e altos. O resultado é uma forte pressão sobre os salários e a extrema fraqueza dos sindicatos. E acima de tudo, uma destruição impressionante do emprego, privando milhões de pessoas de trabalho que, como parte da cidadania contemporânea, são a principal fonte

de direitos.

Isso seria apenas uma dificuldade temporária das tantas que o capitalismo passou? É um exagero ver nela uma negação do sujeito individual? Para Touraine, a observação é necessária: as instituições que devem assegurar o funcionamento social não estão mais ligadas aos desafios atuais. Alcançaram seu limite e a ideia de ‘sociedade’ de que vivemos por dois ou três séculos chegou ao seu crepúsculo. Temos de seguir em frente.

Ao unir a conta deste fim com o anúncio de um começo, o trabalho de Touraine se esforça para contribuir com essa demanda. A situação pode levar em direções muito diferentes: dos comportamentos mais desocializados do individualismo hedonista aos de um retorno à ordem da religião visto como o caminho de salvação. Existe uma ‘sociedade’ além daquela que não está estagnada ou regredindo? Porque a crise é total, o total também deve ser a resposta que deve se opor a isso.

A questão principal é o surgimento do ‘sujeito pessoal’ com direitos. Isto é o que Touraine chama de ‘subjetivação’, que questiona a oposição entre os polos objetivos e subjetivos que atormentam a modernidade. Mesmo que eles estejam necessariamente em tensão, é necessário conseguir que os frutos positivos da racionalidade instrumental não se encontrem subordinados à lógica da mercadoria e que, na busca pela emancipação, o indivíduo não seja prejudicado pela influência dos papéis que o sistema social tenta impor. É uma inversão da lógica da hierarquização que até então privilegia a cena pública sobre o que vem do domínio privado. Deste ponto de vista, Touraine se separou daqueles que, para sair da situação atual, colocaram suas expectativas na restauração, senão no aumento da autoridade do Estado. Muitos, de fato, acreditam que apenas a política é e continua sendo o fórum que permite que a sociedade se mantenha firme.

A experiência do século passado leva a argumentar que a política não é capaz por si mesma e, por si só, de garantir o que prometeu ser a ‘sociedade’. Como um instrumento de modernização democrática, deveria tender a conceder a todos os direitos de um sujeito pessoal. No entanto, a equivalência que foi estabelecida entre os termos ‘sociedade’, ‘política’ e ‘estado’ é o que, se não encorajado, estabeleceu a oligarquia. Essa forma política em que uma pequena e poderosa parcela da comunidade delibera entre pares e então impõe suas decisões ao conjunto. Mesmo que seja urgente se opor a esta observação, é urgente reativar os princípios fundadores da adesão e solidariedade dos indivíduos aos interesses superiores da vida coletiva. Só pode existir como um

princípio orientador da conduta se for concebido a partir do que realmente contribui para o acesso de todos ao que Hannah Arendt chamou de ‘direito a ter direitos’. A afirmação dos direitos do sujeito é, portanto, um pré-requisito fundamental.

Que o corpo político mantém um papel necessário na gestão da coisa coletiva não representa um problema aos olhos de Touraine. Ele sabe muito bem que, sem a transição para a ação política, o ‘sujeito pessoal’ é um tema que prossegue pouco claro, que é ilusório pensar que os indivíduos podem criar isoladamente novos conceitos de si mesmos e da vida coletiva. O sujeito pessoal só encontra sua tradução concreta na conflitualidade que se define na ação coletiva. Há, no entanto, uma maneira de olhar a transição para a política, o que reflete um pensamento que permanece abaixo da mais profunda significação da crise atual. E é impossível compreender a situação atual sem levar em conta as ações dos sujeitos que reivindicam o reconhecimento de seus direitos diante do domínio das instituições econômicas e políticas.

Desta forma, Touraine retorna ao que procurou mostrar nos últimos cinquenta anos: a sociedade é o produto de uma ação na qual os atores – indivíduos e movimentos sociais – continuam a colocar em movimento a relação que a humanidade tem com suas próprias obras. A busca do significado dos atores sempre depende da funcionalidade de um sistema que não se trata simplesmente de preservar ou restaurar. Consequentemente, os termos do raciocínio sobre como superar a crise são revertidos e o significado dos objetivos perseguidos pelos sujeitos pessoais precede a reafirmação do papel da política.

A preocupação de Touraine não é de modo algum apresentar um programa político. Pretende definir o que vem antes: o princípio que deve contribuir para a formação de uma configuração social além do que a noção de ‘sociedade’ ainda cobre. Ou seja, o processo de ‘subjetivação’ através do qual os indivíduos se tornam atores e criadores com base no chamado aos direitos universais. Tornar a política hoje não é convencer o maior número possível de pessoas para reunir uma representação acordada da vida social, mas contribuir para aumentar a capacidade de ação pessoal.

O fato de que o ‘sujeito pessoal’ se tornou o eixo principal da sociologia de Touraine poderia levar a acreditar em uma ruptura intelectual na pessoa que se tornou conhecida como teórica dos movimentos sociais. Ao invés de falar de uma ruptura, é mais correto falar de uma influência em seu pensamento, a adoção de um paradigma capaz de explicar a lógica social que governa quando triunfam a economia global e o individualismo cultural. É a ruptura atual da vida

coletiva que intensifica sua reflexão sobre a necessidade de pôr fim à sacralização que as instituições sociais há muito se beneficiaram da tradição sociológica. A ideia agora é que o ‘sujeito pessoal’ deve ser colocado acima de qualquer função política ou econômica que contribua para a submissão de indivíduos. Nesse sentido, Touraine apenas radicaliza o alcance de um argumento, que já está presente em vários de seus escritos anteriores.

Touraine não esconde que poucas iniciativas estruturadas atualmente respondem ao chamado do sujeito. O cenário das ações lhe parece bastante vazio, e a este respeito deve-se notar o pessimismo que surge em certas páginas de “o fim das sociedades”. Num contexto marcado pelo medo de catástrofes não só financeiras, mas também desencadeadas pela ambição moderna da dominação natural, muitos permanecem paralisados e vivem como vítimas. As classes populares são as que pagam o tributo mais pesado e as classes médias que perderam terreno ao longo das últimas décadas estão cansadas de seus esforços por sobreviver. Muitos deles voltaram para uma frente conservadora. Muitos se sentem indefesos diante dos poderes globalizados sobre os quais eles não veem a influência que poderiam exercer.

A crise que presenciamos é profunda, as ciências sociais certamente precisam explorar as ações que nos libertarão da resignação que nos une a imaginação política contemporânea. É essa tarefa que Touraine pretende cumprir com sua contribuição.

Referências

GAMBARO, Fabio. **Alain Touraine: Lo que llamamos ‘política’ es hoy una realidad muy degradada.** 2014. Disponível em: <https://www.clarin.com/rn/ideas/Alain-Touraine-llamamos-politica-hoy-realidad-degradada_0_Hyx-XoejPmg.html>. Acesso em: 04 ago. 2017.

URTEAGA, Eguzki. La fin des sociétés. **Papers. Revista de Sociologia**, [s.l.], v. 99, n. 1, p.153-156, 1 jan. 2014.

The return of the subject in times of crisis: the sociology of action of Touraine

ABSTRACT

“The End of Societies” is a complex and resolutely theoretical book. By reshaping the notion of ‘subject’ - central in the ‘sociology of modernity’ that

the author drew up almost fifty years ago – he struggles to understand what is decisive in the financial crisis that erupted in 2008. And, from there, characterize the which could be the axis of the social struggles of the new century. This crisis, he says, is far more fundamental than what most intellectuals can discern. It is the paroxysmal moment of a long process of displacement of the modern social bond. And while their immediate causes are economic, they need to be analyzed in non-economic terms.

Key words: Sociology of action, Sociological Theory, Crisis, Subject.